



## 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP

03 e 04 de dezembro de 2009

Local: Salão Negro – Palácio da Justiça – Brasília, DF

### 03 de dezembro de 2009 - Manhã

#### ABERTURA DOS TRABALHOS

**Ricardo Balestreri**, Vice-presidente do CONASP e presidente interino do Conselho na Reunião dá início aos trabalhos, (às 09:50 h) com saudação a todos e agradece a participação dos senhores conselheiros. A seguir ele recuperou os encaminhamentos da reunião anterior, leu os objetivos da reunião e ressaltou a importância da continuidade do trabalho do CONASP. Também mencionou a importância do trabalho desenvolvido pela equipe da Secretaria Executiva e todo seu empenho no auxílio à SENASP e ao CONASP para a sua reestruturação, fazendo especial menção à contribuição da Sra. Fernanda dos Anjos na Secretaria Executiva da CONSEG, que deixará a equipe a partir do início do próximo ano.

Em seguida, submeteu a aprovação da ata da 1ª Reunião do CONASP aos membros do Conselho, informando sua metodologia, ou seja, que os conselheiros que tivessem ressalvas à ata enviada por email que as encaminhassem à mesa para serem discutidas e, se necessário, votadas ao final do primeiro dia de reunião. O presidente interino apresentou a proposta de aprovação por manifestação de contraposição. Alguns conselheiros se manifestaram e a aprovação da ata foi transferida para o final do primeiro dia de reunião.

**Ricardo Balestreri**, realizou a leitura da pauta da reunião para conhecimento, deliberação e aprovação por parte dos conselheiros. Após a leitura ocorreram duas manifestações: Rosemeire Cecília da Costa –OAB – Sugere que seja acrescido à pauta um momento para discutir sobre assuntos atuais e relevantes e que merecem uma posição do Conselho a respeito. O vice-presidente registrou a sugestão e sugeriu que tal momento fosse acrescido à pauta a partir da próxima reunião. Tião Santos – Viva Rio – Complementa a contribuição da conselheira Rosemeire da Costa sugerindo que seja incluído nas próximas pautas, de modo permanente, um momento chamado Informes Gerais. Após esses dois acréscimos, a pauta foi aprovada, com o seguinte teor:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Informes da Secretaria Executiva;
3. Apresentação SENASP, DEPEN e PRONASCI e estratégia de acompanhamento da 1ª CONSEG;
4. Discussão das Resoluções:
  - a. Regras sobre convidados
  - b. Grupos temáticos
  - c. Regras sobre consultas públicas
5. Composição dos Grupos Temáticos
6. Escolha dos Coordenadores dos Grupos Temáticos
7. Construção da Agenda de Trabalho dos Grupos Temáticos
8. Calendário de reuniões do CONASP
9. Encaminhamentos para a próxima reunião



## INFORMES SOBRE AS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA

**Regina Miki**, secretária executiva do CONASP, usa a palavra para apresentar ao Conselho os informes dos trabalhos da SE nos últimos dois meses. Sendo relatados os seguintes pontos:

1. Elaboração de Relatório Final da Conferência. Sendo que o material já está na gráfica para impressão;
2. Apresentação da estratégia de acompanhamento da 1ª CONSEG, através da formação de um Grupo de Trabalho (GT) interno do MJ sobre a implementação dos resultados da 1ª CONSEG. Tendo sido enviado memorando em 12 de novembro de 2009 e a SE aguarda indicações das secretarias do MJ para iniciar seu trabalho;
3. Publicação das Resoluções 1 e 2 do CONASP (DOU 221 de 19 de novembro de 2009; Seção 1; Páginas 34 e 35);
4. Encaminhamento da Moção n. 01/09, que trata do descontingenciamento de orçamento da segurança pública, ao gabinete da Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento;
5. Informação de que foi definido que as homologações das resoluções pelo Ministro da Justiça serão feitas através de portaria;
6. Realização de agendas internas no MJ para a formação do Grupo de Trabalho e para a internalização dos resultados da 1ª CONSEG;
7. Desenvolvimento do Portal do CONASP (adaptação do Portal da CONSEG e registro do domínio [www.conasp.gov.br](http://www.conasp.gov.br)). Onde já estão sendo publicadas notícias atualizadas;
8. Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento dos resultados da 1ª CONSEG;
9. Visitas técnicas às secretarias executivas de outros conselhos nacionais. Ressaltando a necessidade desse levantamento para subsidiar o próprio CONASP a pensar e refletir o seu papel. Sugerindo que os conselheiros, quando possível, participem de reuniões nos demais conselhos nacionais;
10. Fechamento da Gestão da 1ª CONSEG;
11. Apresentação dos próximos passos da 1ª CONSEG em diversos fóruns (Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública, Marcha Mundial Pela Paz e Não Violência e Semana da Cultura de Paz, Semana da Cultura de Paz e Câmara Municipal de Ubatuba);
12. Estudo e preparação das minutas das resoluções, que serão discutidas na reunião (Resolução nº 3 – Critérios para participação de convidados; Resolução nº 4 – Critérios para criação de grupos temáticos; Resolução nº 5 – Designação dos membros dos grupos temáticos e Resolução nº 6 – Critérios para realização de consultas públicas.

## PALESTRA DO SECRETARIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Ricardo Balestreri**, na qualidade de Secretário Nacional de Segurança Pública realizou apresentação sobre a SENASP, discorrendo sobre os assuntos:

01. O Secretário inicia afirmando que a SENASP executa hoje um orçamento maior (cerca de cinco vezes mais) que alguns anos atrás. No entanto conta com um efetivo de profissionais substancialmente menor para a sua execução, o que implica, na sua visão, da não divulgação de muitos projetos que ora são executados;
02. Menciona que são executados (somando os recursos do FNSP e do PRONASCI) cerca de 1 bilhão e 100 milhões de reais ao ano;
03. Entende que a SENASP tem o papel de propor uma mudança de gestão dos paradigmas tradicionalmente adotados no campo da segurança pública nas últimas quatro décadas. Tal trabalho se mostra adequado a partir do reconhecimento:
  - a. Que há mais de 45 mil homicídios ao ano;



- b. Que os trabalhadores da área (policiais e não policiais) encontram-se num estado demasiado precário;
  - c. Que o problema (a causa do problema) não está nas pessoas; mas no sistema de segurança pública, ou melhor, na gestão de tal sistema que se mostra “infeliz”, traduzindo os atuais resultados estatísticos;
  - d. Mesmo que se afirme que as causas residem na desigualdade social, acredita que é a (má) gestão da segurança pública a principal causadora dos atuais equívocos, à luz de paradigmas também equivocados.
04. Afirma, assim, que o papel do CONASP é fundamental e deve ter, como entidade política, domínio do estado da arte da segurança pública do Brasil a fim de que não se torne limitado. Entende que o papel do conselho é também identificar quais os desafios que se colocam no cenário da segurança pública hoje e suas respectivas ações em desenvolvimento no âmbito nacional;
  05. Reconhece que a discussão e a implementação sistemática de mudança de paradigmas se inicia no Governo Federal ainda na gestão FHC, tendo continuidade com a condução do ex-Secretário Luis Eduardo Soares, com a proposição do SUSP e com a colaboração de vários membros que hoje são conselheiros do CONASP (Menciona Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e o Prof. José Vicente Tavares dos Santos, da UFRGS e hoje representando a RENAESP);
  06. Reconhece que muitos avanços foram empreendidos. No entanto, afirma que os avanços são mais significativos no âmbito da superestrutura do que na estrutura do sistema, seja por conta das reações corporativas das instituições, seja por conta das dificuldades de uma mudança de cultura;
  07. Qualifica o PRONASCI como o SUSP feito de forma pragmática e sistêmica. Ele representa superação da lógica tradicional que valoriza unicamente os investimentos tático-operacionais, que sozinhos não tem sentido se não relacionados com um pensamento estratégico;
  08. Afirma que o PRONASCI traz uma nova visão no campo estratégico e reconhece que o CONASP é um órgão fundamental para a consolidação do mesmo;
  09. Mas ressalta o desafio da mudança de cultura. Sobre isso, explica a herança brasileira a partir da adoção de diferentes formas de ‘policier’ que não necessariamente respondessem a um plano estratégico. Menciona que isto colocou as polícias brasileiras na atual situação da fragilidade: a polícia militar aquartelada e distante da população (no lugar de comunitária e próxima) e a polícia civil burocrática (no lugar de investigativa);
  10. Logo, os investimentos da SENASP caminham todos na direção de ‘devolver’ as instituições de segurança pública (em especial às polícias) de volta para a população. Dentre eles destacam-se:
    - a. Formação Policial – Educação à distância (200 mil profissionais em cursos, dos quais 170 mil recebem bolsa de estudo), RENAESP (aproximação da academia à prática operacional cotidiana; forma 5 mil profissionais ao ano);
    - b. Direitos Humanos – Estímulo na aquisição de armas menos letais e munições mais adequadas; Diminuição de repasse de recursos aos estados para a aquisição de munições mais letais (transfixantes, como 762); Desestímulo às teses de equivalência bélica e seus desdobramentos; Adoção de política de armamento que dialoga com a preservação de vidas, não o contrário;
    - c. Territórios de Paz;
    - d. Investimento em Segurança das Fronteiras;
    - e. Pesquisa em Segurança Pública – Menciona levantamento feito que aponta que do conjunto de investimentos em segurança pública, 37% são gastos em viaturas, armas, etc. e 3,5% são gastos em material humano. O PRONASCI investe 60% em formação do capital humano. Além dela, menciona a pesquisa de vitimização (que será executada pelo Datafolha) e as Pesquisas Perfil;



- f. Plano Habitacional;
  - g. Portal Segurança com Cidadania – [www.segurancacidade.org.br](http://www.segurancacidade.org.br), que sedia mais de mil monografias dos cursos de pós graduação;
  - h. Municípios e Guardas Municipais – investimentos através do financiamento de planos de segurança pública em âmbito local; da formação dos GGIMs e da qualificação das Guardas Municipais;
  - i. Interface com demais Ministérios: menciona Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa.
11. Finalmente, em que pese o conjunto de ações em execução, reconhece que do ponto de vista da estrutura, O MJ ainda encontra-se em dívida com o Programa de Governo pactuado no primeiro Governo Lula, que definiu, entre outras ações, a arquitetura do SUSP. Afirma, assim, a necessidade de reformas estruturais para que não haja um descompasso entre os investimentos na superestrutura e as mudanças culturais necessárias para a sua incorporação de forma contínua.

Após a apresentação do secretário, foi aberta às 11h09min uma rodada de intervenções para os conselheiros fazerem comentários e perguntas. Realizaram intervenções os seguintes conselheiros:

1. **Deputada Marina Magessi** – Câmara dos Dep – Cons. de Segurança da Câmara; resalta que o lobby e grana da Taurus dentro do Congresso é muito grande. É um dinheiro muito forte jogado para dentro do Congresso e das campanhas. Parabeniza o Secretário pela palestra e pelo trabalho que vem realizando à frente da SENASP. Menciona a importância desse “duplo” investimento, filosófico e operacional, mencionando o atual Comandante Geral da PMERJ, Cel Mário Sérgio, que, segundo a Deputada, é “filósofo e caveira<sup>1</sup>” ao mesmo tempo”. Afirma que quando o mesmo assumiu o comando teve como uma das primeiras providências acabar com a prisão administrativa na Polícia Militar. A Deputada mencionou também alguns aspectos da violência e da criminalidade do Rio de Janeiro. Ressaltou a importância da valorização profissional.
2. **Tião Santos** – Viva Rio - sentiu falta de fala do CONASP sobre o momento da queda do helicóptero no Rio. No sentido de tencionar o governo do Rio sobre esse tipo de atuação. Comenta que no RJ são vivenciadas situações muito contraditórias. Lembra que a despeito do investimento da SENASP, ainda são presenciados fuzis em circulação nas mãos da Polícia Militar no “asfalto”. Sugere a possibilidade de ser pensado num núcleo, num conselho político para dar respostas a situações como esta.
3. **Fernando Azevedo** – FENAPRF; parabeniza a fala do Secretário. Apresenta sua preocupação com projeto de lei que possibilita a atuação das forças armadas com poder de polícia, uma vez que eles não são qualificados para atuar na segurança pública
4. **Everardo de Aguiar Lopes** – Rede Desarma Brasil; ressaltou que é necessário ter coragem de transformar o espaço do CONASP em um espaço de formulação e discussão de políticas de segurança pública. Fica feliz com a abertura da reunião com a intervenção política que permite essa abertura de debate político de fôlego. Todos os conselheiros têm histórico e condição de contribuir com o debate sobre o tema. Pede apoio da deputada Marina e da Câmara para não mexerem no Estatuto do Desarmamento. Destaca que há sérios problemas de pirataria no Amapá. Sugere que se conheça melhor a experiência do COMEN. Lembra também a necessidade de monitorar como tem sido o trabalho dos GGIMs na condução das políticas (que não sejam estruturas formais sem feito) e de uma posição do CONASP (sob a forma de moção) diante das sistemáticas estratégias de boicote do estatuto do desarmamento. Sugere a Deputada Marina uma intervenção em conjunto com o CONASP e com a Rede Desarma Brasil. Por fim, observa uma espécie de inércia dos estados, em suas respectivas secretarias de

---

<sup>1</sup> Caveira é o nome utilizado para os policiais que fazem parte do BOPE – Batalhão de Operações Especiais da PMERJ.



segurança pública, que ora não sabem o que devem fazer, ora não fazem mais nenhum investimento a partir dos resultados da 1ª CONSEG.

5. **Almir Laureano** – Grande Oriente; parabeniza o Secretário pela coragem da fala (que talvez cause certos incômodos) mas que é muito importante. Destacou questões importantes como a necessidade do controle de armas e da qualificação dos profissionais. Na caravana tenta-se motivar a sociedade para manter o debate sobre o desarmamento. Apela para a Deputada para a manutenção do Estatuto do Desarmamento. Ressalta que nessa reunião o Conselho vai tomar algumas decisões técnicas e políticas importantes para avançar na segurança pública.
6. **João Sana** – FNP – destaca o ponto da formação dos policiais. A importância de recuperar a segurança pública como direito e como direito transversal aos direitos humanos. Destaca a importância da RENAESP. E relata a estratégia de formação dos gestores municipais em parceria com a SENASP. Destaca o grande desafio posto pela CONSEG: trabalhar um marco regulatório sobre o papel dos municípios e das guardas municipais. E ainda sobre a importância de se aprofundar a discussão do papel dos GGIMs. No ES foi criado um fórum Capixaba sobre segurança pública para dar seqüência às discussões da CONSEG. Sendo que o Fórum Capixaba de Segurança Pública, cujo principal objetivo é debruçar-se sobre os resultados da CONSEG, tem sua Secretaria Executiva localizada na UFES.
7. **Marco Antonio** – CNMP – destaca sua preocupação com a regulamentação mais formal do CONASP, por um PL. Em regulamentar melhor essa questão sistêmica. Sugere que tal sistema esteja minimamente garantido para além das mudanças iminentes de cargos de governo, de modo que tal sistema permaneça garantido no Estado brasileiro. Lembra que o Fundo Nacional de Saúde está vinculado ao Conselho Nacional de Saúde. Logo, ressalta a importância de construir mecanismos para que essa experiência fique permanente e que assim possa se estruturar dentro do estado brasileiro. Sugere que se inspire nos modelos da saúde e do meio ambiente.
8. **Cel. Mello** – CNCG – vem acompanhando a trajetória do Secretário Nacional há muito tempo. E vem acompanhando as pautas de defesa das corporações policiais, em especial da PM. Mas a fala sobre a ditadura militar remonta a um período de formação das PMs. O momento é histórico para quem teve uma vida toda dentro de quartéis e vê o atual tratamento dispensado à valorização e ao respeito aos profissionais. Afirma que é preciso criar uma doutrina nova de segurança pública a partir do Conselho.
9. **José Vicente Tavares** – RENAESP – assevera que o esforço da SENASP em manter 79 cursos em segurança pública em instituições públicas e privadas marcou uma quebra de preconceitos (de parte a parte) entre profissionais de segurança pública e acadêmicos. Com a diversidade dos estudantes e dos professores leva um novo pensamento sobre a segurança pública no país. Esforço do DEPAID, de internacionalização, do tema da formação em segurança pública e sua incidência também sobre a formação nas academias de polícias. Ressalta que a RENAESP está a disposição para ajudar nessa mudança de paradigma. Menciona a produção acadêmica e a preocupação em formar quadros que pensem e atuem na gestão da política pública de segurança, prevendo instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas. Lembra também que os atuais alunos poderão atuar como professores no futuro. Levantamento feito pelo Renato Sérgio de Lima afirma a existência de mais de 8.500 trabalhos, dissertações e teses no Brasil sobre este tema, demonstrando que há um saber coletivo.
10. **Denis Mizne** – Instituto Sou da Paz – Menciona a questão do desarmamento, que representou uma das primeiras políticas de segurança pública, que enfrentou muitas barreiras no congresso nacional e ganhou adesão no governo, desencadeando na aprovação do Estatuto do Desarmamento. Reconhece que este é um dos pilares da política de segurança pública no Brasil. Destaca a importância de incluir duas temáticas: o desarmamento, ponto aprovado na CONSEG; e segundo, a situação no Rio de Janeiro. Saiu hoje um novo número recorde de mortes pela polícia, com aumento de 25%. Afirma que há grande preocupação com os



patamares de homicídios cometidos pela polícia. Faz dura crítica a alta quantidade de homicídios cometidos pela polícia do RJ, que corresponde ao total de homicídios registrados em São Paulo. Identifica que há uma forte movimentação no Congresso na direção da concessão de porte de arma para educadores e outros profissionais que não tem relação com a segurança pública. Há também tentativas de acabar com recadastramento de armas e permitir que não seja necessário o adequado controle sobre as armas de fogo, a despeito da aprovação de uma diretriz na CONSEG a favor do estatuto..

11. **Celito Cordioli** – ABC - Afirma que depois de mais de 35 anos atuando na área da segurança pública, ouvir a fala do Secretário representa um novo estímulo. Saúda a fala do Secretário - Fala da importância do investimento na saúde e nas condições de trabalho dos profissionais de segurança pública. Espera que a pesquisa sobre a saúde mental dos profissionais possa trazer resultados em políticas efetivas. Questiona se há estudo sobre o retorno dos investimentos nos profissionais para a segurança pública.
13. **Paulo Poloni** – FENAPEF – Parabenizou o Secretário pela fala e ressaltou a importância do conselho na construção de uma sociedade melhor. Para ele no CONASP tem-se a necessidade de que se abordem assuntos realmente cruciais da Segurança Pública, não se restringindo a em situações periféricas, como por exemplo o inquérito policial. Cita a tímida (na sua visão) reforma do código de processo penal que está em curso.
12. **Helder Antonio** – Sistema Penitenciário Federal - enaltece a fala e a coragem do Secretário. Ainda sobre a valorização dos profissionais de segurança pública, menciona a importância de valorização dos agentes penitenciários, afirmando a preocupação que (com ou sem porte) a arma de fogo já tem sido adotada por parte desses profissionais como forma de proteção pessoal.  *Talvez o conselheiro tenha que gozar de imunidade na sua base de atuação para não sofrer mazelas.* Está havendo matança de agentes penitenciários federais. Pede para se avaliar a questão do porte de arma para eles. No caso do sistema penitenciário federal, o problema não é o tratamento adequado os presos ou as condições das prisões, mas são os agentes que não possuem um tratamento profissional adequado. Na sua visão, não foi por acaso que a CONSEG aprovou como uma das diretrizes mais votadas a adoção de uma polícia penal.

**Ricardo Balestreri** - Após as intervenções dos conselheiros, o secretário comentou as colocações, comprometendo-se a implementar internamente algumas das sugestões levantadas e sugeridas. Agradece a sensibilidade dos membros do CONASP. Ressalta que uma das funções do CONASP é cobrar do governo a implementação das políticas públicas. Reconhece que foram grandes os avanços do PRONASCI e a priorização da área da segurança pública. Reconhece a necessidade da realização de estudos para avaliar o impacto do alto investimento em educação nos últimos anos sobre o cotidiano do trabalho policial. Reconhece também a necessidade da criação de um sistema nacional com leis específicas e com vinculação orçamentária para esta pasta.

## FACTUAÇÃO E APROVAÇÃO DO CRONOGRAMA DE 2010

**Daniel Avelino** – Assessor de Legislação e Normas da SE - apresenta a proposta de cronograma de 2010 para ser discutida e aprovada pela Plenária. Explica que o cronograma contém as atividades de 2009 e 2010, incluindo o processo eleitoral. Lembra também que se trata de um cronograma curto diante da quantidade de atividades que ainda devem ser desenvolvidas.

Houve o seguinte destaque antes da aprovação:

**Marcos** – Sugeriu que a aprovação fosse feita após a aprovação das resoluções referentes aos grupos de trabalho e as audiências/consultas públicas.

**Daniel Avelino** esclarece que o cronograma prevê apenas as reuniões ordinárias (e uma extraordinária). O calendário das demais atividades pode ser incluído posteriormente.



O cronograma foi aprovado pela plenária do CONASP, considerando a possibilidade de inclusão de novas atividades (consultas/audiências/grupos de trabalho), segundo a observação feita pelo conselheiro Marcos. Neste momento também foi mencionada a necessidade de ser tirada uma comissão para representar o CONASP no lançamento do Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, e especialmente a questão da violência contra as religiões de matriz africana, a ser realizada em 21 de janeiro de 2010.

Após a aprovação, a reunião foi interrompida para o almoço, às 13h, com previsão de retorno às 14h15min.

### 03 de dezembro de 2009 – Tarde

#### **APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO 3 – PRESENÇA DE CONVIDADOS**

A reunião foi reiniciada às 14:38h, sem a presença do vice-presidente do CONASP, sendo conduzida inicialmente pela Secretaria Executiva. O vice-presidente chegou posteriormente.

Seguindo a programação, foi iniciada para a apresentação da resolução 03, que versa sobre a participação de convidados na reunião.

**Guilherme Leonardi**, da Secretaria Executiva, foi o responsável pela apresentação da resolução e logo após abriu-se oportunidade para considerações dos conselheiros. Dentre as questões levantadas, destaca-se:

01. **Rosimeire** – OAB – questiona o considerando estabelecido na resolução e a conformidade com o parágrafo único do art. 1º.
02. **Marcos Antonio** – CNMP – Destaca que os observadores têm condição diferenciada. Sugere que os mesmos sejam pré-identificados para registro. Sugere a troca da expressão “composição plenária” para “plenária”. Convidados – registrar que os mesmos deverão vir para pautas específicas e não terão condição de convidados permanentes.
03. **Tião** – Viva Rio – Quanto ao art. 2º., parágrafo 3º. – referente ao custeamento de passagens pelas entidades. Ressalta que existe uma situação diferente quando o convidado vem para fazer contribuições para o Conselho (Palestra etc), o custeamento deve ser pelo CONASP. Quando vier convidado pela entidade, a entidade paga.
04. **Raquel** – F4 – reitera proposta do Tião do Viva Rio.
05. **Gonzaga** – ANASPRA – destaca o assunto contemplado pela Rosimeire. Não vê necessidade de se realizar reunião fechada.

Ficando pactuados os seguintes pontos:

01. A reunião tem caráter público. É preciso apenas definir o que seriam os observadores e o que podem fazer;
02. Não há justificativa para a realização de uma reunião do CONASP fechada;
03. Qualquer cidadão pode participar da reunião. A condição de observador é, no entanto, diferenciada para acompanhar as reuniões. O acesso de qualquer cidadão está garantido. É preciso qualificar a condição de observador;
04. Substituição (em todas as resoluções) do termo ‘composição plenária’ por ‘plenária’;
05. A participação do observador é uma atividade pontual e não permanente, restrita a determinada reunião;
06. No parágrafo que se refere às despesas, elas deverão ser assumidas pela entidade que convidar, exceto se o convidado vir para dar uma contribuição seja de interesse do CONASP. Neste caso deve ser assumida pelo conselho.

Após os comentários, foram iniciadas as seguintes votações:

**1ª VOTAÇÃO** – Supressão do parágrafo único do artigo 1º. Aprovado por consenso.

**2ª VOTAÇÃO** – Diferenciar a figura do observador e do público em geral. No caso do observador, deve ser comunicada à mesa a figura do mesmo. Aprovado encaminhamento por consenso.



**3ª VOTAÇÃO** – Retirar ‘composição plenária’ e substituir por ‘plenária’. SE acata. Não foi votada. Acatada sem votação.

**4ª VOTAÇÃO** – Quando o convidado participar e sua intervenção for de interesse do CONASP, que as despesas devem ser pagas pelo CONASP.

**5ª VOTAÇÃO** – Artigo 2º - mencionar que os observadores são convidados para uma pauta específica (participação não permanente).

Aprovada a Resolução 03 com alterações.

### TEXTO DA RESOLUÇÃO NUMERO 3 APROVADO PELA PLENÁRIA DO CONASP

#### “RESOLUÇÃO CONASP/PLENO No 3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2009

A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, em sua composição transitória, em sua Segunda Reunião Ordinária, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, no uso de suas competências conferidas pelo art. 11 do Decreto no 6.950, de 26 de agosto de 2009, e Considerando a Carta Compromisso apresentada pela Comissão Organizadora Nacional durante a etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

Considerando a necessidade de estabelecer, com publicidade e transparência, regras básicas para a participação de convidados nas suas reuniões, de modo a estimular a participação democrática em suas deliberações;

Considerando os Princípios 1, 4 e 9 e as Diretrizes 5, 20 e 38 aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

#### RESOLVE:

Art. 1º. As Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP – ocorrem em sessão pública à qual o acesso e a permanência são livres a qualquer pessoa interessada, sem direito a voz ou voto, respeitado o limite seguro de capacidade do local da reunião e desde que não interfira no andamento da reunião.

Art. 2º. Serão observadores, sem direito a voz ou voto, as pessoas pré-identificadas e cujo registro seja requerido.

Art. 3º. O Presidente do CONASP, na forma do art. 3º, §5º, do Decreto nº 6.950, de 26 de agosto de 2009, poderá convidar a participar das reuniões da Plenária, dos seus grupos temáticos e das suas comissões representantes de órgãos e entidades públicos e privados e técnicos, sempre que da pauta constar temas de suas áreas de atuação e para este ponto específico.

§1º. O convite deve ser fundamentado em solicitação apresentada por qualquer órgão, entidade ou rede membro do CONASP, e aprovada pela Plenária, no máximo, até a reunião anterior.

§2º. O convidado na forma desta Resolução terá direito a voz e não terá direito a voto.

§3º. Todas as despesas, inclusive com passagens, deslocamento, alimentação e hospedagem do convidado, devidamente previstas, correrão inteiramente por conta do órgão, entidade ou rede que propôs o convite.

§4º Excepcionalmente, o Ministério da Justiça poderá arcar com as despesas de passagem aérea e diárias quando o convite se der em virtude de interesse da Plenária do CONASP, desde que haja previsão orçamentária específica para esta finalidade.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação da sua homologação.

Conselho Nacional de Segurança Pública  
Composição Plenária”

### APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO 6 – DEFINIÇÃO DE REGRAS PARA AS CONSULTAS PÚBLICAS

**Renata Florentino**, da Secretaria Executiva, iniciou a apresentação da resolução que versa sobre as regras para a realização das consultas públicas. Ressalta que a participação não elimina clivagens políticas. A CONSEG foi importante para a marcação de posições, mas o desafio do CONASP é proporcionar uma nova fase de diálogo, onde o estabelecimento de consensos e concertações seja possível. Os temas das consultas estão circunscritos às questões prioritárias do CONASP, e não trazem uma discussão de um tema específico, por exemplo.

Após a apresentação, a fala é aberta para intervenções dos conselheiros e esclarecimentos da Secretaria Executiva. Dentre as questões levantadas, é possível destacar:

01. **Paulo Poloni** – FENAPEF – pede esclarecimento sobre o papel das audiências. Se elas têm o poder ou não de discutir os resultados da CONSEG.

02. **Rosimeire** – OAB – dúvidas sobre o financiamento da participação dos membros do CONASP, considerando que os conselheiros apenas são advindos de 14 estados.

03. **Denis** – Sou da Paz – questiona sobre o limite de consultas.

**Renata Florentino** – esclarece Rosimeire que a representação é da entidade do Conselho e não do conselheiro. Esclarece ao Paulo que o objetivo é a trabalhar com a forma do controle social – modelo de





seguimento dos resultados da CONSEG e não com o objeto – a proposta da CONSEG em si. Esclarece ao Denis que o limite de proposição de consultas é por entidade.

04. **Marcos** – CNMP – qual o objeto das consultas? Se for um objeto alargado, pode consumir muito tempo e não dar respostas suficientes. Ex: que segmentos estão interessados no CONASP. Ele acredita que são mais de 3 segmentos. Não faz sentido consultar abstratamente sobre regimento interno. Processo eleitoral faz sentido.

Proposta de encaminhamento: antes de discutir a forma das consultas, discutir melhor qual o seu objeto.

05. **Raquel** – F4 – concorda com o Marcos com o sentido de priorizar determinados temas para consulta, como o processo eleitoral. Formato proposto nesse desenho, há dificuldade concreta de operar as consultas. Porque ele é muito restrito e perde capilaridade e possibilidades mais específicas de encontros dos segmentos. Destaca sua preocupação com o financiamento ser das entidades. Prioriza aquelas que tem condições financeiras de fazê-lo. Por fim apresenta sua preocupação com os curtos prazos.

**Renata Florentino** – não se deve confundir consultas com o formato de conferências livres.

06. **Almir** – GOB – preocupação com o tempo curto para a realização das consultas. Pede esclarecimento sobre o papel do GT de consulta com as mesmas.

**Renata Florentino** - sobre tempo, pede que os conselheiros levem em consideração o tempo de sistematização das propostas pelos conselheiros. E sobre o acompanhamento do GT, esclarece que o mesmo será por meio da interlocução e não necessariamente da participação em todas as audiências.

07. **Gonzaga** – ANASPRA – consideração sobre a necessidade de os 3 segmentos participarem da organização da Conferência. Ressalta a importância do ambiente virtual de consulta.

08. **Belintani** – ISPCV – retoma a Carta Compromisso da CON. Sugestão de construir 5 audiências públicas, uma por região, ver possibilidade de transmitir por videoconferência, com sistema de rodízio dos conselheiros, com a presença dos 3 segmentos, com os 4 temas.

09. **Sana** – FNP – assegurar que será realizada pelo menos 1 consulta em cada estado. Não se deve amarrar a proposta de apenas os 3 segmentos proporem a audiência. Sugere inserir a palavra preferencialmente. Considera muito pouca a possibilidade de apresentação de apenas 5 propostas por audiência. sugere aumentar apenas para 15 propostas, por exemplo.

10. **Denis** – Sou da Paz – considerando o tempo e a abrangência dos temas, sugere: a realização das consultas em 27 estados, para debater todos os temas, revendo o formulário e mantendo a consulta virtual.

11. **Tião** – Viva Rio – necessidade de manter a consulta virtual. As conferências livres constituíram-se em uma ferramenta plural e de alta capilaridade. Nesse sentido, sugere manter as consultas livres. Não sabe avaliar se será possível realizar as audiências nos 27 estados. Tende a avaliar que seria melhor manter nas 5 regiões. Deve ser colocado um cronograma mais factível – a partir do 15 de dezembro não é factível.

12. **Marcilio** – ANADEP – sugere colocar apenas como o tema audiências públicas e não consultas e audiências.

**Ricardo Balestreri**– SENASP – faz leitura a partir das falas de que o processo está muito burocratizado. A SENASP tem condições de pedir o envolvimento das SSPs estaduais; há diferença entre audiências e consultas. consultas devem ser o mais desburocratizadas e livres possíveis; não há sentido de normatizar excessivamente as consultas. Propõe enxugar as burocracias basistas. Há que se ter cuidado para não replicar o tamanho da CONSEG.

13. **Belintani** – ISPCV – entre fevereiro e março, a cada 15 dias, fosse realizada as audiências. Sugere a realização de vídeo-conferência.

14. **Denis** – Sou da Paz -propõe 2 mecanismos: Um Formal - audiências – todos os temas; numero limitado e mais amplo de propostas; convocação antecipada; envolvendo as COEs. Outro menos formal – consultas – mais simples, com o formulário; convocação mais livre, pela net etc. Propõe que um grupo organize nova redação para o texto.



15. **Sana** – FNP – acha que deve ser ampliada a proposta de apenas 5 por região. Acha que há condições de ser realizada uma por estado.
16. **Marcilio** – reforça posição do Denis.
17. **Raquel** – ANADEP – pede esclarecimento sobre como será o processo de sistematização e incorporação dos resultados das audiências e das consultas.

**Ricardo Balestreri** – SENASP – esclarece novamente que não é um processo de plebiscitário.

*Encaminhamento:* comissão para propor regimento – Marcos – CNMP e Rosemeire – OAB:

01. As consultas ficaram restritas aos 04 temas prioritários do CONASP (eleições, regimento, articulação e monitoramento), ou seja, a estrutura do conselho. Não será objeto da consulta a discussão de um tema específico, relacionado a uma diretriz ou princípio;
02. Dúvidas sobre a viabilidade logística das consultas, seus custos e participação dos conselheiros;
03. Esclarecimento sobre a diferença entre audiências e consultas;
04. Burocratização ou desburocratização das consultas;
05. Representação institucional das entidades, não representação da pessoa física do conselheiro;
06. No caso das consultas relacionadas ao monitoramento, a preocupação não é o conteúdo da diretriz, mas a forma como será acompanhada;
07. Coordenação e chamada da consulta: deve ser tripartite (mas não a participação das pessoas);
08. Questionamento sobre os objetivos das consultas. Se é preparar o CONASP para 2010, então seria mais adequado que os assuntos sejam limitados e vinculados aos objetivos do CONASP;
09. Esclarecimentos sobre o papel de uma consulta sobre regimento. Seu objetivo não é unicamente a redação de um instrumento normativo, mas debater sobre o caráter que o CONASP deve ter (regulatório, controle, regimental, etc.);
10. Formato das consultas proposto (tripartite) dificulta a sua operacionalização. Sugestões para abrir mão da representatividade;
11. Questionamentos sobre o financiamento das consultas;
12. Sugestão para a prorrogação do prazo da realização das consultas, para o final do mês de abril;
13. Esclarecimento sobre o caráter das consultas públicas em comparação às conferências livres. Ao contrário das conferências livres, o que está em jogo é a qualidade das consultas, não a sua quantidade;
14. Leitura da carta compromisso, onde se ressalta aos membros do conselho a necessidade e prioridade na estruturação do CONASP;
15. Sugestão de realização de 05 audiências públicas, uma em cada região do país;
16. Sugestão posterior de realização de uma audiência pública em cada estado do país, envolvendo as comissões organizadoras estaduais formadas para as etapas estaduais da CONSEG;
17. Sugestão: não fazer consultas/audiências temáticas. Discutir os quatro temas em todos os encontros;
18. Sugestões e colocações sobre as consultas virtuais, mantendo-as.

Após essa primeira rodada de intervenções, abre-se para colocações da Renata Florentino (para esclarecimento) e para o vice-presidente do CONASP, Ricardo Balestreri, sendo destacado o seguinte:

01. Preocupação com a convocação ou organização das consultas/audiências não ser tripartite;
02. Preocupação com a burocratização do processo;
04. Necessidade de comprometimento das secretarias estaduais de segurança;
05. Sugestão que se use o termo consultas para atividades mais livres e audiências para as mais formais e em menor número;
06. Sugestão que se mantenha a modalidade das consultas virtuais.

Abre-se novamente para a intervenção dos conselheiros. Destaca-se:



01. Reforço da sugestão da realização de 05 audiências públicas (no mínimo), uma por região, discutindo todos os 04 temas, com numero limitado de propostas e, quando possível, com o envolvimento da COE;
02. O termo 'consultas' seria usado para ações mais informais, que podem ser presenciais ou através da internet e não havendo a necessidade de serem convocadas por três segmentos concomitantemente;
03. Reforço da sugestão de serem feitas em todos os estados;
04. Questionamentos sobre a viabilidade financeira de tais atividades.

**Ricardo Balestreri** - vice-presidente do CONASP, faz esclarecimentos e sugestões de encaminhamentos:

01. Esclarece que tanto as audiências como as consultas não têm caráter regulatório. São para ouvir e é necessário priorizar porque não é possível ouvir a todos;
02. Sugere duas formas de "oitivas":
  - a. Audiências Públicas – Mais formais; Sendo convocadas e tendo a participação de todos os segmentos; Mínimo de 05, uma por região; Com possibilidade de recursos do MJ (que ainda serão captados);
  - b. Consultas – Mais informais, que podem ser presenciais ou virtuais; Não há necessidade de convocação ou participação de todos os segmentos.

Ponderações e sugestões aprovadas. Montou-se uma comissão para a redação da nova resolução. Sendo esta comissão composta pelos Conselheiros Marcos Antônio da Silva Costa – CNMP e Rosemeire da Costa - OAB e por Renata Florentino, da SE.

## **TEXTO DA RESOLUÇÃO NUMERO 6 APROVADO PELA PLENÁRIA DO CONASP**

### **"RESOLUÇÃO CONASP/PLENO No 6, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2009**

A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, em sua composição transitória, em sua Segunda Reunião Ordinária, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, no uso de suas competências conferidas pelo art. 11 do Decreto no 6.950, de 26 de agosto de 2009, e

Considerando a Carta Compromisso apresentada pela Comissão Organizadora Nacional durante a etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

Considerando a necessidade de estabelecer, com publicidade e transparência, regras básicas sobre a realização de consultas públicas, de modo a estimular a participação democrática em suas deliberações;

Considerando os Princípios 1, 4 e 9 e as Diretrizes 5, 20 e 38 aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Com a finalidade de obter propostas e sugestões, de caráter não-vinculativo, para subsidiar as suas deliberações, o CONASP realizará momentos de participação democrática, nas seguintes modalidades:

- I – audiências públicas; e
- II – consultas livres, inclusive virtual.

Art. 2º. As audiências públicas ou consultas livres poderão discutir um ou mais dos seguintes temas, relacionados ao próprio Conselho:

- I – missão, atribuições, regimento interno e normas de funcionamento;
- II – processo eleitoral para escolha de membros e entidades, composição, segmentos e representatividade;

III – relações institucionais Com Conselhos Estaduais, Municipais, Distritais e Comunitários de Segurança Pública; ou

IV – formas e mecanismos de monitoramento dos princípios e diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A fim de contextualizar os debates no âmbito das audiências públicas ou consultas livres, o CONASP divulgará guia orientador sobre os temas deste artigo.

Art. 3º. Poderão ser organizadas audiências ou consultas livres por quaisquer órgãos, entidades ou redes, interessados na discussão dos temas listados no art. 2º, as quais, para serem aceitas como subsídio para o CONASP, devem ser comunicadas à Secretaria Executiva com pelo menos quinze dias de antecedência do início das inscrições e realizadas no período estabelecido nesta resolução.

§1º. As audiências públicas e consultas livres observarão as regras desta resolução, especialmente:

I - as organizadoras, no ato convocatório, devem assumir integral responsabilidade pela realização, coordenação e financiamento do evento.

II - as organizadoras estabelecerão, no ato convocatório, sua metodologia de funcionamento e deliberação, orientada para a produção do relatório padrão a ser encaminhado ao CONASP;



III - as audiências e consultas livres serão organizadas de forma gratuita para os participantes.

IV - as organizadoras não estão obrigadas a arcar com as despesas decorrentes de transporte, alimentação ou hospedagem dos participantes; e

V - as organizadoras divulgarão o conteúdo desta resolução e do texto-base aprovado pelo CONASP;

VI - as organizadoras ficarão encarregadas de compilar as propostas aprovadas no evento, encaminhando-as, conforme relatório padronizado, ao CONASP;

§2º. A convocação e organização de consultas livres deverá ser promovida preferencialmente por, pelo menos, um órgão, entidade ou rede, com atuação na área de segurança pública, que estejam contemplados em qualquer das seguintes categorias/segmentos:

- a) integrante do CONASP;
- b) Poder Público;
- c) Trabalhadores na área de segurança pública;
- d) Sociedade Civil.

§3º. Para convocar e organizar uma audiência pública deve haver entidades que representem os três segmentos na organização: poder público, trabalhadores na área de segurança pública e gestores do poder público, devendo uma entidade, de qualquer segmento, ser membro da atual composição do CONASP.

Art. 4º. A divulgação prévia da audiência ou consulta pública, de responsabilidade do CONASP ou das suas organizadoras, em ato convocatório específico, tem por finalidade estimular a participação efetiva no evento e deve ocorrer da forma mais ampla possível e conter, ao menos, as seguintes informações:

- I - identificação das organizadoras;
- II - temas a serem discutidos;
- III - local, hora e data de realização;
- IV - limite de vagas para participantes, se houver;
- V - forma e prazo das inscrições, se não ocorrerem no momento do evento;
- VI - critérios de seleção dos participantes;
- VII - programação e regras de deliberação;
- VIII - meios de contato com os responsáveis pelo evento; e
- IX - referência a esta resolução e ao texto-base de contextualização do CONASP;

§1º. O instrumento de convocação e divulgação da consulta e da audiência pública deve conter todas as informações mencionadas neste artigo, ainda que de forma sucinta, e deve apresentar o endereço ou meio de contato por meio do qual podem ser obtidas as informações integrais.

Art. 5º. As consultas e audiências públicas serão realizadas integralmente no período compreendido entre 15 de janeiro de 2010 e 2 de abril de 2010, incluídos nesse período as fases preparatórias, a realização da divulgação, o prazo das inscrições e a conclusão de todas as etapas do evento, conforme cronograma a ser divulgado pela Secretaria Executiva do CONASP.

Art. 6º. O relatório de consulta e da audiência pública, obedecendo ao modelo padronizado previsto no Anexo II desta Resolução, é o documento sintético que torna público o resultado das suas colaborações.

§1º. No prazo máximo de cinco dias após sua conclusão, cabe às organizadoras da audiência pública e consulta livre elaborar o relatório e enviar à Secretaria Executiva do CONASP em meio digital, para o endereço eletrônico [relatorio@conasp.gov.br](mailto:relatorio@conasp.gov.br).

§2º. As colaborações devem respeitar o limite de extensão estabelecido no modelo padronizado de relatório e não podem ultrapassar os seguintes limites:

- I - audiências públicas: até 15(quinze) propostas;
- II - consultas públicas: até 5(cinco) propostas.

Art. 7º. Os relatórios de consulta e de audiência pública serão analisados pela Secretaria Executiva do CONASP, para verificação do cumprimento dos requisitos de validade, e sistematizados pelos Grupos Temáticos de acordo com o tema e encaminhados à Plenária para apreciação, nos seguintes termos:

I - Secretaria Executiva - sistematização das propostas referentes ao inc. I do art. 2º.

II - Grupo Temático de Composição e Eleição - GT-Eleições - sistematização das propostas referentes ao inc. II do art. 2º.

III - Grupo Temático de Articulação Institucional - GT-Conasp Participativo: sistematização das propostas referentes ao inc. III do art. 2º.

IV - Grupo Temático de Monitoramento - GT-Conseg - sistematizar as propostas referentes ao inc. IV do art. 2º.

Art.8º. O CONASP convocará, no mínimo, 5(cinco) audiências públicas, sendo uma audiência para cada uma das regiões geográficas do país.

Parágrafo único. Caberá à SENASP e ao CONASP adotar medidas perante o Ministério da Justiça, os Estados e os Municípios para estimular audiências públicas em cada unidade federativa.

Art. 9º. As eventuais impugnações que tratem do descumprimento das regras internas de funcionamento da consulta livre devem ser apresentadas às organizadoras para decisão, com recurso para o CONASP.

Art. 10. Caberá ao GT-CONASP Participativo acompanhar a realização das audiências ou consultas livres do CONASP e orientar as audiências ou consultas livres, com base nas regras desta resolução.



CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 11. A Secretaria Executiva do CONASP poderá divulgar informações complementares para orientação à realização das audiências ou consultas públicas.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação da sua homologação.

Conselho Nacional de Segurança Pública  
Composição Plenária

## ANEXO 1

### 1. Modelo de Comunicado a ser enviado ao CONASP:

#### 1. Informar os locais e data de realização da Audiência/Consulta:

Data de realização:	Horário:
Município:	UF:
Local:	
Temas a serem discutidos:	
Entidades que organizam:	
Como se inscrever:	
Limite de vagas (se houver):	
Critério de seleção de participantes (se houver):	
Programação e regras de deliberação:	
Contato da pessoa responsável pelas inscrições (telefone e e-mail)	

## ANEXO 2

### 2. Modelo de relatório

**Todos os campos são de preenchimento obrigatório.  
Após preenchimento, enviar para o e-mail:**

[conasp@mj.gov.br](mailto:conasp@mj.gov.br)

#### **Bloco I – Dados da Audiência/Consulta livre**

##### 1. Locais e data de realização:

Data de realização:	
Município:	UF:
Local:	
Modalidade:	( ) Audiência Pública ( ) Consulta Livre

##### 2. Organizações coordenadoras:

--



**3. Marque sobre o(s) assunto(s) de que trata este relatório:**

Temas	Identifique as propostas pelo número
1. Regimento Interno do CONASP	
2. Edital de convocação das eleições CONASP	
3. Formas de relacionamento do CONASP com demais conselhos de segurança pública	
4. Mecanismos de monitoramento dos princípios e diretrizes da 1ª CONSEG	

**4. Dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:**

a. Nome completo
b. Organização:
c. E-mail:
d. Telefones (com DDD):

**Bloco II – Propostas**

**<até 5 propostas caso seja uma consulta / até 15 propostas caso seja uma audiência>**

OBS: Atenção! Cada uma das propostas não poderá exceder o limite de 600 caracteres, que equivalem a aproximadamente 100 palavras. A fundamentação não poderá exceder 900 caracteres, equivalente a cerca de 150 palavras.

Proposta 1

<até 600 caracteres>

1.2 Fundamentação. Explique por que os participantes acreditam que essa proposta deve ser considerada pelo CONASP.

<até 900 caracteres>

2.1 Proposta 2

<até 600 caracteres>



2.2 Fundamentação. Explique por que os participantes acreditam que essa proposta deve ser considerada pelo CONASP.

<até 900 caracteres>

3.1 Proposta 3

<até 600 caracteres>

3.2 Fundamentação. Explique por que os participantes acreditam que essa proposta deve ser considerada pelo CONASP.

<até 900 caracteres>

4.1 Proposta 4

<até 600 caracteres>

4.2 Fundamentação. Explique por que os participantes acreditam que essa proposta deve ser considerada pelo CONASP.

<até 900 caracteres>

5.1 Proposta 5

<até 600 caracteres>

5.2 Fundamentação. Explique por que os participantes acreditam que essa proposta deve ser considerada pelo CONASP.

<até 900 caracteres>



### Bloco III – Lista de Presença

Preencher os campos relacionados na tabela abaixo, relativa aos participantes. Deve-se inserir quantas linhas forem necessárias para o completo preenchimento da tabela.

LISTA DE PRESENÇA					
Número	Nome Completo	Instituição / Organização que atua	Município de residência	Telefone (com DDD)	E-mail
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					





CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Bloco IV - Anexos

Alguns materiais podem ser anexados neste Relatório, desde que contribuam para registrar, informar e contextualizar a Audiência/Consulta, dentre eles:

- Fotos
- Links de reportagens
- Documentos de apoio e de divulgação (textos, cartilhas, folders, cartazes, etc)

### APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 4 – GRUPOS TEMÁTICOS

Após o intervalo, reiniciaram-se os trabalhos com a apresentação das resoluções 04, que tratam dos grupos temáticos. Com a ausência do vice-presidente, o conselheiro João Sana foi indicado para fazer a condução dos trabalhos.

**Luciane Patrício** – da SE, faz a apresentação da resolução 04, que trata das regras que deverão ser adotadas para o trabalho dos grupos temáticos. Explicando os seguintes pontos:

01. Os Grupos Temáticos são instâncias de trabalho do CONASP;  
Não tem poder decisório;
02. São quatro sugeridos: GT Regimento; GT Eleições; GT CONASP na Rua e GT CONSEG;
03. Explicou regras para a sua composição, periodicidade das reuniões e metodologia de trabalho.

Após a apresentação, foi aberta a fala para os conselheiros. Dentre as questões levantadas, destaca-se:

01. **Rosimeire** – OAB – questão da condução da mesa. Retoma a Resolução no. 2.

*Diante da questão de ordem, elege-se o Conselheiro João Sana como Coordenador dos trabalhos da Mesa.*

02. **Rosimeire** – OAB – retomando a fala, destaca que há que se amarrar melhor a prorrogação dos trabalhos do GT.
03. **Cel. Marlon** – FENEME – amarrar melhor a prorrogação dos trabalhos do GT.
04. **Cibele** – Fórum de ouvidores – art. 7º. Substituir o termo “participação popular” por “incidência pública”.
05. **Almir** – GOB – concorda com o tema contemplado pelo Marlon.
06. **Marcos** – CNMP – possibilidade de os conselheiros se manifestarem em diversos GTs. De os mesmos não serem fechados. Relata a dificuldade de os conselheiros ficarem quatro dias em Brasília, caso as reuniões sejam consecutivas. Sugere que sejam olhadas com cuidado as atribuições do GTs. GT sobre estatísticas e dados sobre Segurança Pública – no CNS esse GT foi fundamental para preparar a atuação do CNS e dos Conselheiros.
07. **Gilson Menezes** – Conselho das Guardas – demonstra a preocupação com a abertura dos GTs, sob pena de interferência e não fechamento dos trabalhos.



### **EM REGIME DE VOTAÇÃO:**

Proposta de exclusão do parágrafo único do artigo 1º, podendo o plenário prorrogá-lo caso haja interesse. Antes da votação os seguintes conselheiros se manifestaram:

01. **Conselheiro Sana** consulta se há alguma proposta de alteração antes do art. 7º. E plenário manifesta-se que não.
02. **Conselheiro Gandra** – COBRAPOL – propõe a alteração do nome do Gt CONASP na Rua. Propõe GT CONASP Participativo
03. **Conselheiro Denis** – Sou da Paz - propõe GT Articulação Institucional. E proposta GT Participação Popular.
04. **Conselheiro Tião** – Viva Rio - propôs votação direta.

### **VOTAÇÃO 1.**

Manutenção ou alteração do nome do GT  
Por contraste, votação da alteração do nome.

### **VOTAÇÃO 2.**

Proposta 1 – GT CONASP participativo – 15 votos  
Proposta 2 – GT articulação Institucional – 5 votos  
Proposta 3 – GT Articulação Popular – 6 votos

**VOTAÇÃO 3** – inclusão do termo “incidência Pública” no art. 7º, inciso II.

O Presidente da Mesa questionou se todos estavam esclarecidos

Em regime de votação, foi aprovada a inclusão por contraste.

Após estes esclarecimentos os seguinte conselheiros pediram a palavra e fizeram suas considerações:

01. **Cel. Marlon** – FENEME – sugere a alteração da redação de “composição plenária” para “plenária” em todas as resoluções. Proposta acatada pela mesa.
03. **Celito** – ABC – Art. 6º., inciso II – propõe nova redação para a inclusão de novo inciso – repassa à mesa.
04. **Denis** – Sou da Paz – Propõe a manutenção da redação, entendendo que a nova redação já está implícita no inciso II.
05. **Marcilio** – ANADEP – propõe que a redação do edital seja do pleno do Conselho.
06. **Gandra** – COBRAPOL – faz considerações sobre as interferências nas discussões e propõe a junção das duas propostas.

Em votação, proposta de junção acatada pelo plenário. Nova redação no inciso II do art. 6º.

**Marcos** – CNMP – propõe a inclusão da possibilidade de participação dos conselheiros em diversos grupos.

**Sana** – Respondendo interinamente pela Presidência do CONASP, coloca em regime de votação

Proposta 1 – manutenção do texto – aprovada por contraste

Proposta 2 – faculta aos conselheiros a possibilidade de participação nos GTs com direito a voz

**Marcos** – CNMP – propõe a normatização da necessidade e forma de apresentação dos planos de trabalho dos GTs. Depois retira a proposta.



Aprovada a resolução nr. 4, com as modificações aprovadas.

**Marcos Rezende** – FENDH – pondera que está se gastando muito tempo com as apresentações da SE de cada resolução, questiona se há necessidade de a SE ficar explicando, para um plenário de “cobras criadas” o “be-a-bá”.

**Paulo Poloni** – FENAPEF – entende que a explicação da SE já contempla eventuais dúvidas na interpretação

**Rosimeire** – OAB – trouxe no pen drive a lei complementar 95 que esclarece como deve ser elaborado um projeto de lei e diz que a lei deve ser suficientemente clara.

*Em regime de votação*

**Proposta 1** – manutenção do formato de apresentação da resolução – 19 votos

**Proposta 2** – altera-se o formato, dispensando a apresentação da SE, para ampliação do debate – 10 votos (mesa oficializou 10).

**VOTAÇÃO DE APROVAÇÃO DA ATA** – Propostas de inclusão e de alteração de textos pelos Conselheiros Marcos Antonio, Celito, Marcos Rezende, Gandra.

Propostas de inclusão aprovadas.

**Denis** – Instituto Sou da Paz – sugere que as contribuições da ata sejam enviadas previamente para SE para fins de agilizar a aprovação da mesma.

**Marcos Rezende** – FNEDH – Informa sobre a criação do Grupo de Trabalho para estruturação do Plano de Enfrentamento à intolerância religiosa. Propõe a criação do GT e a indicação de seus membros para acompanhar o GT interministerial criado pelo Governo Federal e fazer a interface – CONASP – GT Interministerial

Voluntários: Almir, Rosimeire, Tião, Bridi (sem ônus para a SENASP), Raquel, Simone, Marcilio, Cibele, Fernando, Everardo, Gandra (sem ônus para a SENASP)

**Denis** – Sou da Paz – proposta de o CONASP entregar formal e solenemente uma moção pedindo que o Congresso respeite o Estatuto do Desarmamento.

#### **TEXTO DA RESOLUÇÃO NÚMERO 4 APROVADA PELA PLENÁRIA DO CONASP**

“RESOLUÇÃO CONASP/PLENO No 4, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2009

A Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, em sua composição transitória, em sua Segunda Reunião Ordinária, realizada nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, no uso de suas competências conferidas pelo art. 11 do Decreto no 6.950, de 26 de agosto de 2009, e Considerando a Carta Compromisso apresentada pela Comissão Organizadora Nacional durante a etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

Considerando a necessidade de estabelecer, com publicidade e transparência, regras básicas sobre a organização dos seus Grupos Temáticos, de modo a aperfeiçoar a qualidade de suas deliberações;

Considerando os Princípios 1, 4 e 9 e as Diretrizes 5, 20 e 38 aprovadas na Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Os Grupos Temáticos – GT – do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP – são constituídos, na forma do art. 6º do Decreto nº 6.950, de 26 de agosto de 2009, como estruturas internas do Conselho, sem poder decisório, subordinadas à Plenária e com a finalidade de prover subsídios necessários para a sua tomada de decisões.

Parágrafo único. Os Grupos Temáticos constituídos na forma desta Resolução terão prazo de funcionamento encerrado no dia 30 de agosto de 2010, admitida a prorrogação.

Art. 2º. O CONASP contará com três Grupos Temáticos, com as seguintes denominações:

I – Grupo Temático de Composição e Eleição – GT-Eleições;

III – Grupo Temático de Articulação Institucional – GT-CONASP Participativo; e

IV – Grupo Temático de Monitoramento – GT-Conseg.

Art. 3º. Os Grupos Temáticos serão compostos, em ato específico, por no mínimo dez e no máximo dezesseis órgãos, entidades ou redes membros do CONASP, por meio dos seus respectivos Conselheiros Titulares e Suplentes.



§1º. A cada membro do CONASP só é permitido participar de um Grupo Temático.

§2º. A alteração de Grupo Temático pelo membro do CONASP é permitida, desde que respeitados os limites máximos e mínimos previstos neste artigo e com a concordância da Plenária.

§3º. Cada Grupo Temático será coordenado por um Conselheiro Titular escolhido por consenso ou votação na primeira reunião do Grupo, com mandato encerrado em 30 de agosto de 2010.

§4º A composição dos Grupos Temáticos deverá observar a representatividade entre os segmentos da Sociedade Civil, dos Trabalhadores e do Poder Público, possuindo no mínimo três representantes de cada segmento.

Art. 4º. São aplicáveis às reuniões dos Grupos Temáticos, no que couber, as normas de funcionamento da Plenária do CONASP.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Executiva do CONASP prover os meios necessários para a realização das reuniões dos Grupos Temáticos, no limite de sua capacidade técnica e orçamentária.

Art. 5º. São atribuições do Grupo Temático de Composição e Eleição – GT-Eleições:

I – Subsidiar a Plenária do CONASP com a elaboração de estudos e propostas para a convocação pública e de critérios objetivos para definição das entidades, organizações e redes que poderão participar das eleições.

II – Analisar e sistematizar as colaborações e os relatórios de consultas públicas recebidos pelo CONASP sobre sua composição e processo eleitoral; e

III – Cumprir as atribuições que lhe forem designadas pela Plenária do CONASP.

Art. 6º. São atribuições do Grupo Temático de Articulação Institucional – GT-CONASP Participativo:

I – Subsidiar a Plenária do CONASP em assuntos relativos a articulação institucional, a promoção da participação popular e a incidência pública;

II – Elaborar estudos e propostas sobre articulação institucional e participação popular;

III – Coordenar e acompanhar a realização de consultas públicas pelo CONASP;

IV – Elaborar estudos e propostas sobre a comunicação institucional do CONASP;

V – Elaborar estudos e propostas sobre a relação entre o CONASP e os Conselhos Estaduais, Municipais, Distritais e Comunitários de Segurança Pública; e

VI – Cumprir as atribuições que lhe forem designadas pela Plenária do CONASP.

Art. 7º. São atribuições do Grupo Temático de Monitoramento – GT-Conseg:

I – Subsidiar a Plenária do CONASP em assuntos relativos ao monitoramento da efetivação dos princípios e diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª CONSEG;

II – Elaborar estudos e propostas sobre monitoramento dos princípios e diretrizes da 1ª CONSEG;

III – Monitorar a efetivação dos princípios e diretrizes da 1ª CONSEG; e

IV – Cumprir as atribuições que lhe forem designadas pela Plenária do CONASP.

Art. 8º. As reuniões dos Grupos Temáticos serão realizadas preferencialmente de modo contíguo às Reuniões Ordinárias da Plenária do CONASP, segundo proposta de calendário a ser apresentada pela sua Secretaria Executiva.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação da sua homologação.

## **INFORMES GERAIS E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO DIA**

01. Dúvidas em relação a como seria a prorrogação do GT. Sugestão para que a redação seja retirada da resolução, mesmo que o CONASP delibere posteriormente sobre a prorrogação de algum grupo temático;
02. Verificar a possibilidade de proposição de novos GTs, com outras temáticas;  
Ao contrário da colocação anterior, menção que há necessidade de dar conta das questões principais;
03. Dúvidas em relação aos critérios para a inscrição de candidatura do caso do GT Eleições;
  - a. Sugestão de substituição do nome do 'GT CONASP na Rua' por 'GT CONASP e Participação' ou 'GT CONASP Articulação';
  - b. Dúvidas em relação a de quem seria a competência para a elaboração do edital das eleições;
  - c. Discussão sobre a possibilidade de participação nos demais GTs de conselheiros inscritos em um GT determinado;
  - d. Esclarecimento que o GT deve ser capaz de esgotar a discussão de determinado tema, para que suas propostas (uma ou mais) sejam votadas na plenária;



- e. Esclarecimento que se trata de um grupo de trabalho, não de deliberação. A deliberação compete ao Pleno.
- f. Esclarecimento quanto a composição dos GTs, com a necessidade de respeitar o número mínimo e máximo, assim como a representatividade dos segmentos.

### **VOTAÇÕES FINAIS REALIZADAS NO DIA**

**1ª VOTAÇÃO:** Alterar a regra de prorrogação do GT;

**2ª VOTAÇÃO:** Incluir o termo 'incidência pública' no inciso I do artigo 6º, ficando o texto: "Subsidiar a Plenária do CONASP em assuntos relativos a articulação institucional, a promoção da participação popular e a incidência pública".

**3ª VOTAÇÃO:** Supressão do parágrafo único do artigo 1º. Aprovado por unanimidade;

**4ª VOTAÇÃO:** Mudança de nome do GT CONASP na Rua

- 01. Proposta 1 – GT CONASP Participativo – 15 votos
- 02. Proposta 2 – GT Articulação Institucional – 05 votos
- 04. Proposta 3 – GT Articulação Popular – 07 votos
- 05. Abstenções: 01 voto

**5ª VOTAÇÃO:** Sugestão de alteração dos incisos I e II do artigo 5º para: "Elaborar estudos e propostas para a convocação pública e de critérios objetivos para definição das entidades, organizações e redes que poderão participar das eleições".

**6ª VOTAÇÃO:** Possibilidade de participação dos conselheiros nos demais GTs (aqueles que o conselheiro não está inscrito) com direito de voz.

- 01. Proposta 1 – Manutenção do texto – Maioria.
- 02. Proposta 2 – Inclusão da possibilidade de participação dos conselheiros (apenas dos titulares) nos GTs com direito a voz – Minoria.

Ao final da discussão, foi questionado por um dos conselheiros a metodologia de apresentação das resoluções por parte da Secretaria Executiva, com a alegação que estavam muito demoradas. O ponto foi debatido pelos demais conselheiros, que explicitaram a necessidade de manutenção do método, uma vez que o mesmo permite que as resoluções sejam adequadamente debatidas. Foi aberto à votação e decidiu-se por: 1. Manter a metodologia adotada; 2. Envio das apresentações com antecedência para os conselheiros.

### **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

As inclusões e contribuições para a ata da reunião anterior foram entregues à Secretaria Executiva e lidas para a aprovação dos conselheiros.

**Guilherme Leonardi** – da SE, realizou a leitura da Ata que em seguida foi aprovada pela plenária do CONASP.

Foi sugerido aos conselheiros que, quando possível, as sugestões, inclusões e contribuições sejam encaminhadas com antecedência para a Secretaria Executiva, de modo que possam ser trazidos para leitura dos demais membros do CONASP.

### **ENCAMINHAMENTOS DO 1º DIA**

- 01. Foram distribuídos formulários aos conselheiros para que pudessem indicar em quais Grupos Temáticos desejariam participar no dia seguinte;
- 02. Os conselheiros foram orientados que as indicações seriam validadas no dia seguinte respeitando as orientações votadas na resolução, especialmente em relação ao número de participantes e ao equilíbrio da representação dos segmentos;



03. Foi sugerida uma moção em defesa do estatuto em nome do CONASP para ser apresentada ao Congresso Nacional. O conselheiro João Sana sugere que se faça uma proposta de redação;
04. O conselheiro Marcos Resende (FNDH) relembra a necessidade de composição da comissão para representar o CONASP no lançamento do Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Vários conselheiros demonstram apoio, alguns sugerindo ônus do MJ e outros das próprias instituições;
05. Informe: PRF foi ganhadora do Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

**Primeiro dia de reunião encerrado às 19h22min.**

**04 de dezembro de 2009 – Manhã**

### **ABERTURA DOS TRABALHOS E DEFINIÇÃO DOS MEMBROS DOS GT**

**Conselheiro João Sana** – respondendo pela Presidência interina do CONASP, dá início à reunião, às 09h20min.

Foi apresentado aos conselheiros o novo membro do CONASP, em substituição ao conselheiro Sá Cavalcante, o conselheiro Gustavo Gominho, que assumirá a cadeira do Colégio de Secretários de Segurança Pública.

**Gustavo Gominho**, Secretário da Segurança Pública da Paraíba, e novo conselheiro do CONASP, saudou a todos os demais conselheiros e se colocou à disposição de todos.

**Conselheiro João Sana** – respondendo pela Presidência interina do CONASP listou as atividades propostas para o dia:

01. Aprovação da Resolução 5
02. Reunião dos Grupos Temáticos
03. Aprovação da Resolução 6
04. Apresentação dos resultados do trabalho dos Grupos Temáticos
05. Apresentação das atividades do DEPEN – Dr. Airton Michels
07. Apresentação das atividades do PRONASCI – Prof. Nado (Ronaldo Teixeira)
08. Aprovação das moções e encaminhamentos finais.

Estabeleceu-se que para tornar a reunião mais célere e objetiva o tempo de fala de cada conselheiro deve ser no máximo de 03 min.

Em seguida, é apresentado o quadro com a explicitação dos grupos temáticos com a composição dos membros para validação. Alguns pontos foram debatidos, implicando, inclusive, na alteração de questões definidas e votadas na resolução no dia anterior. Os pontos levantados foram:

01. Alteração do número mínimo e máximo de participantes;
02. Dúvidas em relação à obrigatoriedade de participação dos conselheiros;
03. Preocupação em relação à garantia de paridade na composição dos GTs;
04. Sugestão de excluir o GT sobre Regimento e que fique a cargo da SE a elaboração de uma proposta a ser apresentada ao CONASP;
05. Sugestão para que seja formada uma comissão (e não um GT) para a elaboração do regimento e que trabalhe em colaboração com a SE;
06. Dúvidas em relação à metodologia que será definida nos GTs, de modo que os demais conselheiros possam acompanhar a discussão (questão debatida e votada no dia anterior);



07. Impasse em relação a garantia de paridade dos segmentos na composição dos Grupos Temáticos. Alguns conselheiros a favor e outros abrindo mão da necessidade;
08. Esclarecimento em relação a metodologia dos GTs. Nele não há votação. Em caso de dissenso, todas as propostas ou opções divergentes devem ser levadas ao plenário para deliberação de todos os conselheiros;
09. Concentração do segmento trabalhadores no GT Eleições.

Definições extraídas das deliberações:

01. Proposta de Regimento a cargo da SE, com a colaboração de membros do CONASP;
02. Exclusão do GT Regimento. Por conta dessa decisão, a SE se comprometeu a apresentar uma estrutura mínima do Regimento Interno para ser discutida do Plenário em reunião posterior;
03. Diante do impasse em relação a paridade dos segmentos tal como definido na resolução, a solução encontrada foi o equilíbrio.

## **METODOLOGIA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO GRUPO TEMÁTICO**

**Renata Florentino** – da SE - apresentou a metodologia desta primeira reunião, cujo objetivo era fazer o planejamento do Grupo Temático.

Após a apresentação, os conselheiros foram conduzidos para as respectivas salas, onde realizaram seus trabalhos. Cada GT contou com a presença de um membro da SE para suporte e esclarecimentos:

01. GT Eleições – Sala do PRONASI (Guilherme Leonardi e Cel Edson)
02. GT Monitoramento – Salão negro (Luciane Patrício e Fernanda dos Anjos)
03. GT CONASP Participativo – Sala de Retratos (Renata Florentino e Sady Sidney)

O trabalho nos GTs se encerrou na hora do almoço, com o compromisso de retorno (no Salão Negro) às 14h.

Distribuição das Entidades por Grupo Temático:

### 1. Grupo Temático de Composição e Eleição – GT-Eleições:

- I. Rede Desarma Brasil (coordenação)
- II. Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros
- III. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais
- IV. Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública
- V. Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
- VI. Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares
- VII. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
- VIII. Conselho Nacional do Ministério Público
- IX. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União
- X. Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais
- XI. Federação Nacional dos Policiais Federais
- XII. Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
- XIII. Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação
- XIV. Instituto Sou da Paz
- XV. Ministério da Justiça
- XVI. Movimento Nacional de Direitos Humanos

### 2. Grupo Temático de Articulação Institucional – GT-CONASP Participativo:

- I. Viva Rio (coordenação)
- II. Associação Brasileira de Criminalística
- III. Associação Brasileira de Medicina Legal



- IV. Associação dos Delegados de Polícia do Brasil
- V. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
- VI. Conselho Nacional de Justiça
- VII. Departamento de Polícia Federal
- VIII. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
- IX. Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
- X. Frente Nacional de Prefeitos
- XI. Grande Oriente do Brasil
- XII. Instituto São Paulo Contra a Violência
- XIII. Rede F4
- XIV. Secretaria Especial de Direitos Humanos
- XV. Secretaria Geral da Presidência da República

3. Grupo Temático de Monitoramento de Resultados – GT-Conseg:

- I. Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (coordenação)
- II. Associação Nacional dos Defensores Públicos
- III. Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais
- IV. Câmara dos Deputados
- V. Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil
- VI. Conselho Nacional das Guardas Municipais
- VII. Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil
- VIII. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- IX. Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária
- X. Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- XI. Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- XII. Gabinetes de Gestão Integrada
- XIII. Liga Nacional de Corpos de Bombeiros Militares do Brasil
- XIV. Ordem dos Advogados do Brasil
- XV. Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais

#### **04 de dezembro de 2009 - Tarde**

Os trabalhos foram iniciados às 14h20min com a apresentação da nova redação da resolução que versa sobre as consultas e audiências públicas.

Após a apresentação, foi aberta a palavra aos conselheiros, que fizeram as seguintes intervenções:

01. **Sana** - pede que os membros do GT de Articulação verifique se a resolução está adequada ao que foi discutido no grupo.
02. **José Vicente** – RENAESP -propõe discussão sobre a definição onde seria o local das audiências. defesa do estado da Paraíba, sugere que não ocorra no mês de fevereiro como sugerido.
03. **Gandra** – COBRAPOL - sugere a distribuição das 5 capitais.
04. **Poloni** – propõe que sejam encaminhado a todos os líderes de partidos os resultados da CONSEG.
05. **Sana** - propõe que na próxima reunião seja trazida a discussão da legitimidade da guarda municipal, criação de um marco regulatório para tal.

Foi debatido se era conveniente ou não que o CONASP emitisse moção, sobretudo de assuntos que não foram tratados ou discutidos e que merecem discutir o mérito de cada uma delas.

06. **Poloni** - encaminhamento de para aquelas que sejam de interesse comum do CONASP que sejam votadas.
07. **Sana** - lê o decreto de lançamento do CONASP que mesmo em caráter transitório pode emitir moções.





CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

08. **Marcos Costa** - coloca que seria o caso de entender a urgência do conteúdo da moção para ela então ser votada.

Em seguida foram apresentadas as moções para votação:

01. Tema Perícia
02. Tema Estatuto do Desarmamento

Não houve consenso sobre a apresentação da moção, uma vez que não se trata de um assunto de interesse de todo o CONASP (no caso, a Perícia) e que não foram definidos os critérios de apresentação das moções (quando se trata de algo de interesse no COANSP e quando se trata de algo de interesse de um segmento pertencente ao CONASP). O ponto ficou para ser debatido posteriormente.

## APRESENTAÇÃO DO PRONASCI

**Prof. Ronaldo Teixeira** – Secretário Executivo do PRONACI - fez a apresentação das ações em andamento do PRONASCI e da importância do CONASP ter acesso a tais informações para melhor difundir-las. Faz convite a todos os conselheiros para participarem do Seminário de Avaliação do PRONASCI (avanços e desafios), no Rio de Janeiro, nos dias 10 e 11/12.

## APRESENTAÇÃO DO DEPEN

**Dr. Airton Michels**, Diretor do DEPEN, proferiu sua fala explicando e explicitou os investimentos do departamento na política de justiça criminal brasileira.

## ENCAMINHAMENTOS FINAIS DA REUNIÃO

01. Em razão do adiantado da hora e da previsão de seus vãos para aqueles horários, os conselheiros foram orientados a enviar sua proposta de pauta por e-mail, uma vez que não havia mais tempo para esta atividade.
02. O Conselheiro **Marcílio Vieira**, da ANADEP, distribuiu exemplares da publicação “III Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil”, elaborado pelo MJ através da SRJ.

O **Presidente Interino** e a **Secretária Executiva** agradeceram a presença dos participantes, repetiram os cumprimentos e os compromissos com o Conselho e encerraram os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária do CONASP às 17h47min.

## LISTA DE PRESENÇA

2ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP					
03 e 04 de dezembro de 2009 – Brasília/DF					
Conselheiros					
Representante	Instituição	03		04	
		Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Tarso Genro (presidente)	MJ	-	-	-	-
Ricardo Balestreri (vice-presidente)	MJ	X	X	-	-
Celito Cordioli	ABC	X	X	X	X
Márcio Corrêa Godoy	ABC	-	-	-	-
Antonio Batista de Queiroz	ABML	X	X	X	-
Railton Bezerra de Melo	ABML	-	-	-	-
Benito Augusto Galiani Tiezzi	ADEPOL	-	-	-	-
Gustavo Augusto da Silva Araújo	ADEPOL	-	-	X	X

Luiz Gonzaga Ribeiro	ANASPRA	X	X	X	X
José Florêncio de Melo Irmão	ANASPRA	-	-	-	-
Marcílio Vieira	ANADEP	X	X	X	X
Amélia Soares da Rocha	ANADEP	-	-	-	-
Marcos Leôncio Souza Ribeiro	ADPF	-	-	-	-
Cláudio Bandel Tusco	ADPF	X	X	X	X
Abelmídio de Sá Ribas	AMEBRASIL	-	-	-	-
Edmilson Fonseca	AMEBRASIL	X	X	X	X
Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes	APCF	-	-	-	-
Hélio Buchmüller Lima	APCF	-	-	-	-
Francisco Sá Cavalcante	CONSESP	X	-	-	-
Gustavo Gominho	CONSESP	-	-	X	X
Valmir Lemos de Oliveira	CONSESP	-	-	-	-
Marina Magessi	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados	X	X	-	-
William Woo	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados	-	-	-	-
Jânio Bosco Gandra	COBRAPOL	X	X	X	X
Marcos Antonio Lima da Costa	COBRAPOL	-	-	-	-
Eliete Nascimento Borges	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	X	X	X	X
Giovani Eduardo Adriano	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	-	-	-	-
Gilson Menezes	Conselho Nacional das Guardas Municipais	X	X	X	X
Altair Daniel Dias	Conselho Nacional das Guardas Municipais	-	-	-	-
Wilmar Costa Braga	CONCPC	X	X	X	X
João Carlos Trindade Lopes	CNCG	-	-	-	-
Celso José Mello	CNCG	X	X	X	X
Luiz Alberto Barbosa	CONIC	X	X	X	-
Carlos Augusto Möller	CONIC	-	-	-	-
Erivaldo Ribeiro dos Santos	CNJ	X	-	X	-
Paulo de Tarso Tamburini	CNJ	-	-	-	-
Geder Luiz Rocha Gomes	CNPCP	-	-	-	-
Ela Wiecko de Castilho	CNPCP	X	X	X	X
Marcos Antônio da Silva Costa	CNMP	X	X	X	X
Leonardo Azeredo Bandarra	CNPG	-	-	-	-
Maria de Lourdes Abreu	CNPG	X	X	X	-
Carlos Lélío Lauria Ferreira	CONSEJ	-	-	-	-
Angelo Roncalli de Ramos Barros	CONSEJ	-	-	-	-
Cláudio Ferreira Gomes	DPF/MJ	X	-	-	-
Pehkx Jones Gomes da Silveira	DPF/MJ	X	X	X	X
Geovana Ferreira de Andrade Alves	DPRF/MJ	X	-	X	-
Ann Elizabeth Chaves Holanda	DPRF/MJ	-	X	-	-
Marlon Jorge Teza	FENEME	X	X	X	X
Abelardo Camilo Bridi	FENEME	X	X	X	X
Paulo Roberto Poloni Barreto	FENAPEF	X	X	X	X
João Valderi de Souza	FENAPEF	-	-	-	-
Fernando Luiz de Azevedo	FENAPRF	X	X	X	X
Marcos Dias dos Santos	FENAPRF	X	X	X	X
Simone de Jesus	FENAPPI	X	X	X	X
Jaqueline Santana Santos	FENAPPI	-	X	X	X

Renato Sérgio de Lima	FBSP	X	X	-	-
Humberto de Azevedo Viana Filho	FBSP	-	-	-	-
Marcos Rezende	FENDH	X	X	X	-
Deise Benedito	FENDH	-	-	-	-
Cibele Kuss	FNOP	X	X	X	X
Geraldo Soares Wanderley	FNOP	-	-	-	-
Hélio de Oliveira Santos	FNP	-	-	-	-
João José Barbosa Sana	FNP	X	X	X	X
Benedito Mariano	GGI-M	-	-	-	-
Pedro Álvares Cabral	GGI-M	-	-	-	-
Almir Laureano dos Santos	GOB	X	X	X	X
Aderaldo Pereira de Oliveira	GOB	-	-	-	-
José Roberto Bellintani	ISPCV	X	X	X	X
Célia Cymbalista	ISPCV	-	-	-	-
Denis Mizne	Instituto Sou da Paz	X	X	X	-
Melina Risso	Instituto Sou da Paz	-	-	-	-
Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova	Ligabom	-	-	-	-
Giovanni Tavares Maciel Filho	Ligabom	-	X	X	X
Airton Michels	MJ	-	-	-	-
Paulo Maurício Teixeira da Costa	MJ	X	X	-	-
Cynthia Maria Pinto da Luz	MNDH	-	-	X	X
Gilson Cardoso	MNDH	-	-	-	-
Amauri Serralvo	OAB	-	-	-	-
Rosemeire Cecilia da Costa	OAB	X	X	X	X
Everardo de Aguiar Lopes	REDE DESARMA BRASIL	X	X	X	X
Suzana Varjão	REDE DESARMA BRASIL	-	-	-	-
Raquel Willadino Braga	REDE F4	X	X	X	X
Celso Athayde	REDE F4	-	-	-	-
José Vicente Tavares dos Santos	RENAESP	X	X	X	X
Kátia de Mello Santos	RENAESP	-	-	-	-
Fermino Fecchio	SEDH/PR	X	X	X	X
Daniel Lerner	SEDH/PR	-	-	-	-
Gerson Luiz de Almeida Silva	Secretaria-Geral da Presidência da República	-	-	-	-
Manoel Messias de Souza Ribeiro	Secretaria-Geral da Presidência da República	-	-	-	-
Helder Antonio Jacoby dos Santos	SINDAPEF	X	X	X	X
Adevilson Fernandes de São José	SINDAPEF	-	-	-	-
Sebastião Correia dos Santos	VIVA RIO	X	X	X	-
Antonio Rangel Torres Bandeira	VIVA RIO	-	-	-	-
<b>Secretaria Executiva</b>					
Edson Araújo		X	X	X	X
Regina Miki		X	X	X	X
Fernanda Alves dos Anjos		X	X	X	-
Mariana Carvalho		---	---	---	---
Daniel Avelino		X	---	---	---
Guilherme Leonardi		X	X	X	X
Renata Florentino		X	X	X	X
Luciane Patrício		X	X	X	X
<b>Observadores</b>					
<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Manhã</b>	<b>Tarde</b>	<b>Manhã</b>	<b>Tarde</b>
Wagner Romão	Instituto Via Pública	X	X	X	X



CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ana Claudia Pereira	CFEMEA	-	-	X	X
Alexandre Ciconello	Instituto de Estudos Social Econômicos	-	-	-	X